

## ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o caso do curso técnico em edificações do IFSC, Câmpus Florianópolis

## EXTENSION ACTIVITIES IN PROFESSIONAL EDUCATION: the case of the technical course in buildings of the IFSC, Campus Florianópolis

Lucas Bastianello Scremin - IFSC<sup>1</sup>

Douglas Paulesky Juliani - IFSC<sup>2</sup>

Sandra Margarete Bastianello Scremin - IFSC<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a percepção dos discentes e docentes do Curso Técnico em Edificações do IFSC - Câmpus Florianópolis com relação às atividades de extensão no respectivo curso. A realização da pesquisa consistiu em uma análise documental e no levantamento de informações com os envolvidos por meio da metodologia de grupos focais. Os resultados apontam para a importância dos projetos/atividades de extensão na formação do técnico em edificações, bem como a necessidade de esclarecimentos e/ou desburocratização dos processos de registro dessas atividades como forma de valorização da extensão no fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão. Ainda como resultados foram sugeridas propostas de atividades de extensão a serem desenvolvidas no respectivo curso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão; Extensão Tecnológica; Educação Profissional e Tecnológica; Curso Técnico Edificações.

### ABSTRACT

The objective of this article is to present the results of a research about the perception of the students and teachers of the Technical Course in Buildings of IFSC - Florianópolis Campus in relation to the extension activities in the respective course. The research consisted of a documental analysis and the gathering of information with those involved through the development of the focus groups methodology. The results point to the importance of extension projects / activities in the education of the building technician, as well as the need for clarification and less bureaucracy of their registration processes as a way of appreciation of extension activities and empowerment of the teaching-research-extension tripod. Proposals for extension activities to be developed in the respective course were also suggested as results.

**KEYWORDS:** Extension; Technological Extension; Professional and Technological Education; Technical Course Buildings.

DOI: 10.21920/recei72018411478491

<http://dx.doi.org/10.21920/recei72018411478491>

<sup>1</sup>Mestre em Engenharia Ambiental pela UFSC; Professor de Departamento Acadêmico da Construção Civil do IFSC. E-mail: [lucasbs@ifsc.edu.br](mailto:lucasbs@ifsc.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0632-9355>

<sup>2</sup>Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC; Professor do Centro de Referência em Formação e EaD - IFSC. E-mail: [douglas.juliani@ifsc.edu.br](mailto:douglas.juliani@ifsc.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9658-2062>

<sup>3</sup>Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC; Professora do IFSC. E-mail: [sandra.scremin@ifsc.edu.br](mailto:sandra.scremin@ifsc.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4769-7012>

## INTRODUÇÃO

A extensão como parte integrante do tripé ensino-pesquisa-extensão, desde as primeiras manifestações em meados do século XIX até hoje, passou por diversas fases e hoje apresenta-se como fundamental nos sistemas de ensino para o fortalecimento das relações entre a universidade e a sociedade/cidadão como bem coloca Serrano (2012, p. 1), a extensão pode ser compreendida ao longo da história de diferentes modos, passando “da extensão cursos à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã”. Do ponto de vista legal, a extensão tem se consolidado por meio de diversos documentos, dentre os quais está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 que apresenta a promoção da extensão como uma das finalidades da educação superior devendo esta ser aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Outro documento que trata da extensão é o Plano Nacional de Educação (2014, p. 6), que determina que no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação deve ser reservado para a realização de programas e/ou projetos de extensão universitária, sendo esses orientados prioritariamente para áreas de grande pertinência social e, a extensão, denominada “extensão universitária” definida como:

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987, p. 11).

A Lei 11.982/2008 de criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – EPCT estabelece no inciso VII do artigo 6º como uma das finalidades da rede “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica”. E, no inciso IV do artigo 7º apresenta como um dos objetivos dessas instituições “desenvolver atividades de extensão conforme os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais”. Ainda, o inciso V do mesmo artigo traz que a rede deve estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Considerando o que preconiza a legislação, a extensão é entendida como atividade fim da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT. Conforme CONIF (2013, p. 66) “a extensão, que antes carecia de sistematização e institucionalização, passou a requerer ações integradoras do currículo que construam o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Para CONIF (2013, p. 13), por meio da extensão, os Institutos “poderão proceder à difusão, à socialização e à democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos”. Ao estabelecer uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade, a extensão promove a troca de saberes, numa inter-relação entre ambos.

Assim, a extensão para a rede profissional, científica e tecnológica é definida por como:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF; FORPROEXT, 2012, p. 16).

Como citado anteriormente, o Plano Nacional de Educação exige que seja reservado na matriz curricular dos cursos superiores uma carga horária mínima para o desenvolvimento de atividades de extensão não fazendo referência ao ensino médio de nível técnico. No entanto, há de se considerar que na Rede Federal de EPCT, no mínimo 50% das vagas ofertadas sejam destinadas a educação profissional técnica de nível médio e, para esses cursos não existe legislação que garanta as atividades de extensão nos seus currículos.

Diante do exposto e, considerando a importância da extensão no processo ensino aprendizagem dos estudantes, bem como a missão do IFSC de promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, este trabalho teve por objetivo investigar o que vem sendo trabalhado em relação à extensão nos cursos técnicos em Edificações do IFSC e qual a percepção dos discentes e docentes do Curso Técnico em Edificações Subsequente do IFSC - Câmpus Florianópolis em relação a realização de atividades de extensão no curso.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As primeiras manifestações da extensão surgiram na metade do século XIX na Europa, voltadas para a educação continuada nas classes populares e para a prestação de serviços na área rural (NOGUEIRA, 2005, p. 16-17).

No Brasil, a criação das universidades, bem como das escolas técnicas/escola de artífices no início do século XX ocorreram por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade e/ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área. Ou seja, desde o início essas instituições estiveram ligadas de certa forma às comunidades das quais foram originadas, mas apesar disso, a institucionalização da extensão ocorreu de forma lenta.

Em meados de 50 e 60, a aproximação da universidade com a sociedade se deu pelos estudantes, que através de movimentos estudantis empreenderam movimentos culturais e políticos, sendo esses movimentos fundamentais para a formação das lideranças intelectuais, carentes no país e com isso definindo as áreas de atuação da extensão antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido.

Durante o regime militar na década de 60, duas ações proporcionaram aos universitários brasileiros experiências importantes junto às comunidades rurais, a criação do Centro Rural de Treinamento Ação Comunitária - CRUTAC em 1966 e do Projeto Rondon, em 1967. Esses dois projetos proporcionaram ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais que, por meio da atuação destes, tiveram melhorias de suas condições de vida (FORPROEX 2012, p. 12-17). Outra iniciativa importante da época foi a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária - Lei n. 5.540/68 que instituiu a extensão universitária para as instituições de ensino superior.

A noção sobre a extensão teve avanços significativos a partir do Plano de trabalho de Extensão Universitária, elaborado em 1975 por uma comissão mista formada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério do Interior (MINTER) em 1974. Nesse plano a

extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular.

Durante o período de redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais do país (últimos anos do regime militar), foram redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão das Universidades Públicas, onde a extensão, que até então tinha um viés de assistencialismo, passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais.

Os principais avanços relativos a institucionalização da Extensão Universitária surgiram a partir de 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, o qual definiu a extensão como:

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987, p. 11).

Em 1988, no art. 207 da Constituição Federal, a extensão passa a ser reconhecida como atividade indissociável do ensino e da pesquisa, além de dar a possibilidade de financiamento das atividades de pesquisa e extensão pelo poder público.

Em virtude desses encaminhamentos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade. E, nesse sentido, a lei 13.005/2014 que institui o Plano Nacional da Educação, estabeleceu como estratégia para atingir determinadas metas:

9.11. implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população; e  
12.7. assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014, p. 5-6).

Além da LDB e do Plano Nacional de Educação, outros documentos foram elaborados por meio do FORPROEX visando nortear a extensão universitária, dentre eles o Plano Nacional de Extensão (1999) e a Política Nacional de Extensão (2012).

Nesses documentos, tanto no Plano quanto na Política Nacional de Extensão Universitária, houve uma reformulação do conceito de extensão universitária que passa a ser entendida como:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo,

cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEXT, 2012, p. 15).

No Plano Nacional de Extensão são definidas as Diretrizes que devem estar presentes em todas as ações de Extensão:

- Impacto e transformação;
- Interação dialógica;
- Interdisciplinaridade; e
- Indissociabilidade (ensino - pesquisa - extensão).

Ainda, no mesmo plano as atividades de extensão são classificadas em oito áreas temáticas:

1. Comunicação: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária.
2. Cultura: desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense.
3. Direitos Humanos e Justiça: assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares; questões agrárias.
4. Educação: educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura.
5. Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais.
6. Saúde: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.
7. Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas júniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes.
8. Trabalho: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

No IFSC, as atividades de extensão são regulamentadas pela Resolução N° 61/2016/CS do IFSC, onde no artigo 6° são definidos os tipos de atividades de extensão:

- I. Programa: um conjunto integrado de pelo menos dois projetos e outras atividades de extensão, de caráter contínuo, regular, multidisciplinar e indissociável à pesquisa e ao ensino;
- II. Projeto (carga horária mínima de 40 horas): iniciativas processuais, coerentes e contínuas que, articuladas, visam ao cumprimento de objeto único em prazo



- determinado, vinculado ou não a Programa, com delimitação teórica e detalhamento de recursos necessários à execução;
- III. Curso (carga horária máxima de 160 horas): atividade pedagógica de caráter teórico e prático, de oferta não periódica, presencial ou a distância, com objetivos, carga horária, ementa, cronograma e critérios de avaliação definidos em formulário próprio disponibilizado pela Diretoria de Extensão;
  - IV. Evento (carga horária máxima de 40 horas distribuídas em até sete dias consecutivos): é a atividade de extensão menos complexa, pontual, que preferencialmente deve estar contida em planejamento de atividades maiores como o projeto, visando promover e divulgar mutuamente conhecimentos produzidos no processo de aprendizagem. Exemplos de evento: visita técnica; viagem de estudos; saída de campo; oficina; campeonatos, etc.;
  - V. Produto: é a atividade que se caracteriza por ser decorrente do fazer extensionista, sempre resultado de uma outra atividade de extensão com registro institucional;

Salientando que segundo a mesma resolução, todas as atividades supracitadas devem ser indissociáveis da pesquisa e do ensino, com a atuação de discentes e servidores e a participação da comunidade externa, alinhados ao Planejamento Estratégico do IFSC.

Importante registrar que, anterior a resolução 61/2016/CS, os tipos de atividades de extensão eram definidos pela resolução 20/2013/CS do IFSC como:

- I. Ação: é a menor unidade de classificação da extensão. Pode ser realizada isoladamente ou estar vinculada a um projeto, curso ou programa de extensão;
- II. Projeto: é o conjunto de ações desenvolvidas em um período limitado de tempo com objetivos gerais e específicos bem definidos, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico e que podem ser realizados isoladamente ou estarem vinculados a programa de extensão;
- III. Programa: é o conjunto de projetos e/ou atividades de extensão voltados a um objetivo comum, integrado a atividades de ensino e pesquisa, com caráter institucional, com diretrizes claras, interdisciplinaridade e executados em médio e longo prazo;

## METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser considerada aplicada, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) tem por objetivo gerar conhecimentos para aplicações práticas, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Tem uma abordagem qualitativa e quanto aos objetivos, enquadra-se como exploratório, pois tem como propósito fazer um levantamento das atividades de extensão desenvolvidas nos cursos técnicos em Edificações do IFSC (em todos os câmpus que ofertam este curso desde 2008). Ainda, propõe-se verificar a percepção dos atores (docentes e discentes) envolvidos no curso técnico em Edificações do IFSC - Câmpus Florianópolis quanto ao desenvolvimento de atividades de extensão no curso técnico.

Com relação aos procedimentos, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e Grupo Focal. Para elaboração do referencial teórico foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, legislação entre outros.

Na pesquisa documental, buscou-se realizar um levantamento dos projetos/atividades de extensão que foram executados pelos cursos técnicos em edificações do IFSC (em todos os câmpus que ofertam o referido curso) desde a criação do IFSC (2008) até 2016. Essa busca foi realizada no site institucional ([www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br)), no *link* da Extensão, onde encontram-se cadastrados todos os projetos, programas e ações realizados na instituição, onde constam o

nome do projeto, o nome do coordenador e o câmpus onde foi executado. Para identificar os Programas, Projetos e Ações realizados nos cursos de Edificações, objeto da pesquisa, iniciou-se pela seleção dos câmpus ofertantes do curso e, pela análise de título e do coordenador foi realizada a identificação daqueles que atendiam aos objetivos da pesquisa.

A realização dos grupos focais teve por objetivo realizar um levantamento da percepção dos discentes e docentes do curso Técnico em Edificações Subsequente do IFSC - Câmpus Florianópolis quanto ao desenvolvimento de atividades de extensão no curso. Os grupos focais foram realizados em duas etapas, uma com os discentes e outra com os docentes, sendo para ambos inicialmente aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE aos participantes da pesquisa com o objetivo de esclarecer e proteger o sujeito da pesquisa, assim como o pesquisador, que por este meio manifesta seu respeito à ética no desenvolvimento do trabalho.

Na etapa realizada com os discentes, o grupo focal foi realizado separadamente em cada uma das 8 turmas do referido curso (4 matutino e 4 noturno), num total de 8 grupos.

Com os docentes, devido ao pouco tempo e a dificuldade de reuni-los fora do horário de trabalho, foi realizado um único encontro que contou com a participação de 18 docentes do referido curso que ministram diversas unidades curriculares no mesmo. Num primeiro momento os docentes foram divididos em subgrupos para discutir as questões e, num segundo momento, esses subgrupos reuniram-se para socializar as discussões e finalizar a atividade do grupo focal.

Os encontros com cada um dos grupos contaram com a moderação do pesquisador e ocorreram durante o horário de aula das disciplinas da área técnica em salas de aula do Departamento Acadêmico da Construção civil - DACC do IFSC - Câmpus Florianópolis,

Cada grupo focal contou com três momentos:

- Momento 1 (10min) - Introdução: apresentação dos integrantes, dos objetivos e da metodologia do grupo focal, assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.
- Momento 2 - (35min) - Divisão dos grupos, Discussão e geração de ideias: momento de troca de ideias e informações e geração de conhecimento por meio das interações entre os participantes.
- Momento 3 (5min) - Fechamento: avaliação do processo durante o grupo focal com o objetivo de receber sugestões de melhoria no processo.

As questões (problemas) utilizadas para o desenvolvimento do grupo focal com os discentes foram as seguintes:

1. Você participa/participou de algum projeto/atividade de extensão desenvolvida pelo seu curso? Cite
2. Como você entende que a participação em projetos/atividades de extensão relacionados ao curso pode contribuir para formação pessoal e/ou profissional dos discentes?
3. Quais projetos/atividades de extensão podem ser desenvolvido(a)s e em que disciplinas do curso técnico em edificações?

Para o grupo focal com os docentes, foram utilizadas as seguintes questões (problemas):

1. Como você entende que a participação em projetos/atividades de extensão relacionados ao curso pode contribuir para formação pessoal e/ou profissional dos discentes?
2. Quais projetos/atividades de extensão podem ser desenvolvido(a)s e em que disciplinas do curso técnico em edificações?
3. Quais as dificuldades/entraves para a realização de projetos de extensão no curso técnico em edificações?

## RESULTADOS DA PESQUISA

Neste item, serão descritos, analisados e interpretados os dados coletados por meio dos grupos focais com docentes e discentes do Curso Técnico em Edificações Subsequente do IFSC - Câmpus Florianópolis, com base nos pressupostos teóricos abordados na Fundamentação Teórica. Ainda, conforme descrito nos procedimentos metodológicos, será apresentado um levantamento das atividades de extensão realizadas nos cursos técnicos em edificações do IFSC no período de 2008 a 2016.

## A INSTITUIÇÃO ESTUDADA

O Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Santa Catarina - IFSC teve seu início em 1910 através da criação da Escola de Aprendizes e Artífices no município de Florianópolis. No decorrer da história passou por mudanças de nome e status tais como Liceu de Industrial de Florianópolis (1937), Escola Industrial de Florianópolis (1942), Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1965), Escola Técnica Federal de Santa Catarina - ETFSC (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC (2002) e a partir de 2008 tornou-se o IFSC.

Conforme Anuário Estatístico 2016, atualmente o IFSC conta com 22 câmpus distribuídos em 20 municípios do estado, com mais de 35 mil alunos matriculados em cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnicos, de Tecnologia, Especialização (lato sensu), Bacharelado, Licenciatura e Mestrado Profissional e tem no seu quadro de servidores 1485 Docentes e 1186 técnicos administrativos.

Com relação ao Curso Técnico em Edificações do Câmpus Florianópolis (objeto de estudo desse trabalho), este é ofertado na modalidade Integrado no turno Vespertino (hoje conta com 8 turmas) e Subsequente, nos turnos matutino e noturno (conta com 8 turmas, sendo 4 em cada turno) totalizando 413 matrículas, das quais 285 são do subsequente (curso objeto da pesquisa).

## LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO REALIZADAS NOS CURSOS TÉCNICOS DE EDIFICAÇÕES DO IFSC

O levantamento quantitativo das atividades (Projetos e ações) de extensão realizadas nos Cursos Técnicos de Edificações do IFSC foi realizado por meio de pesquisa documental no site do IFSC ([www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br)). Elegeu-se para este estudo os dados cadastrados entre 2008 (criação dos IFs) e 2016 (última atualização das atividades realizadas) e os câmpus Canoinhas, Criciúma e Florianópolis por possuírem oferta consolidada do curso técnico em edificações, objeto desse estudo (possuem todas as fases do curso). Ainda, para esse levantamento, levou-se em consideração os tipos de atividades previstos na resolução 20/2013/CS (Projeto, Ação e Programa) vigente até 2016 de acordo com os registros institucionais analisados.

No Quadro 1, apresenta-se o quantitativo de atividades de extensão classificados como “Projetos”, realizados no Curso Técnico de Edificações dos referidos Câmpus, onde pode-se observar que o Câmpus Florianópolis, apesar de ter implementado o curso Técnico de Edificações muito antes da criação do IFSC (anteriormente como Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica - CEFET/SC e anteriormente a esse como Escola Técnica Federal - ETFSC) registrou apenas dois projetos de extensão, um em 2008 e outro em 2009.



Quadro 1 - Quantitativo de projetos de extensão realizados nos cursos de Edificações do IFSC

Campus/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Canoinhas</b>									
<b>Criciúma</b>					2	4	2	4	3
<b>Florianópolis</b>	1	1							
<b>Total</b>	1	1	0	0	2	4	2	4	3

Fonte: Elaboração do autor (a partir dos dados da pesquisa).

Os projetos desenvolvidos em 2008 e 2009 no Câmpus Florianópolis referem-se à oferta de cursos de formação inicial e continuada-FIC para a comunidade externa.

Nos Câmpus Canoinhas e Criciúma o Curso Técnico de Edificações foi implantado em 2011, no entanto, apenas o Câmpus Criciúma apresenta registro de desenvolvimento de projetos de extensão em praticamente todos os anos, salvo o ano de implantação do curso. Os projetos desenvolvidos no Câmpus Criciúma estão relacionados à prestação de serviços técnicos a comunidade, elaboração de manuais técnicos (produto) e oferta de cursos de capacitação.

No quadro 2, apresenta-se o quantitativo de atividades de extensão definidas como “Ações”, realizadas no Curso Técnico de Edificações dos referidos Câmpus.

Quadro 2 - Quantitativo de ações de extensão realizadas nos cursos de Edificações do IFSC

Campus/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
<b>Canoinhas</b>						1	2	1	2	6
<b>Criciúma</b>							4	1	1	6
<b>Florianópolis</b>						1	12	11	6	30
<b>Total</b>						2	18	13	9	42

Fonte: Elaborado pelo autor (a partir dos dados da pesquisa).

Em relação ao registro de Ações de extensão, observa-se no Quadro 2 que até o ano de 2013 essas praticamente não eram realizadas, o que pode ser atribuído ao fato da regulamentação das mesmas ter ocorrido somente a partir da Resolução N° 20/2013/CS do IFSC.

Dentre as ações de extensão registradas no IFSC, encontram-se visitas técnicas (aproximadamente 75%), palestras (aproximadamente 20%), oficinas técnicas (aproximadamente 4%) e apenas um registro de participação como membro em banca de defesa de mestrado.

Mais de 70% das Ações de extensão registradas no IFSC são oriundas do Câmpus Florianópolis, e como nos registros não é mencionado a qual curso a ação está relacionada, subentende-se que algumas destas podem estar vinculadas a outros cursos da área como o Técnico Integrado em Edificações e/ou curso superior de Engenharia Civil.

Salienta-se que em relação as atividades de extensão definidas como “Programas”, não foi encontrado nenhum registro durante o período pesquisado (2008 a 2016).

## GRUPO FOCAL COM DISCENTES

Foram realizados 8 grupos focais com os discentes, sendo um grupo para cada uma das quatro turmas do curso Técnico em Edificações Subsequente matutino (4 módulos) e, um para

cada uma das quatro turmas do noturno (4 módulos). Em cada grupo focal foram debatidas as 3 questões norteadoras apresentadas na metodologia, sendo apresentadas a seguir um resumo dos resultados.

Nas respostas da primeira questão, constatou-se que todos os integrantes dos grupos focais já participaram de atividades de extensão no curso, sendo a visita técnica a única atividade de extensão citada. Isso comprova o registro das atividades de extensão do Câmpus Florianópolis, mencionado anteriormente, no qual nos últimos 3 anos, apenas visitas técnicas foram registradas no curso como atividade de extensão. Ainda, pelo menos um discente de cada grupo relatou ter participado de atividades de extensão quando aluno de outra instituição que não o IFSC.

Na questão 2, cujo objetivo foi identificar a percepção do discente quanto a contribuição das atividades de extensão na sua formação profissional e/ou pessoal, todos consideram que a participação nesse tipo de atividade contribui tanto no aspecto profissional (aplicação dos conhecimentos teóricos na prática; permite uma visão real da atividade profissional, ) como no pessoal (estimula o aluno a fazer algo para sociedade contribuindo para a formação do seu caráter; aumento da consciência sobre a sociedade, etc.). Os resultados dessa questão são consonantes com as diretrizes da extensão apresentadas no Plano Nacional de Extensão, tais como, o impacto e transformação tanto da sociedade como do estudante e a troca de saberes (Interação dialógica) entre a comunidade e a instituição de ensino.

Por fim, na questão 3, onde buscou-se levantar proposições de projetos/atividades de extensão que possam ser desenvolvidos no curso, destacaram-se como proposições, pela maioria dos grupos, a elaboração de projetos, a execução de obras e a assistência técnica para a comunidade. Salienta-se que para execução dessas proposições faz-se necessário o conhecimento adquirido em diversas disciplinas do curso, bem como a realização de pesquisa para resolução de problemas evidenciando outras diretrizes da extensão, a Interdisciplinaridade e a indissociabilidade (ensino - pesquisa - extensão).

Na figura 01, apresenta-se alguns registros de imagens da realização do grupo focal com os discentes.

Figura 1 - Imagens de alguns dos grupos focais realizados



Fonte: Fotos do autor

## GRUPO FOCAL COM DOCENTES

Foi realizado um grupo focal com os docentes, com a participação de 18 docentes que trabalham no curso Técnico de Edificações, onde foram debatidas as três questões norteadoras conforme descrito na metodologia. Na sequência apresenta-se um resumo do resultado do referido grupo focal por questão.

Na análise dos resultados da questão 1 percebe-se que os docentes assim como os discentes consideram que a participação de discentes em atividades de extensão contribui tanto para a formação profissional quanto pessoal dos mesmos.

Apesar desse grupo reconhecer os benefícios da participação de discentes em atividades de extensão, a falta de registro de projetos de extensão desenvolvidos no curso nos últimos 7 anos, conforme item 3.2 deste trabalho é justificado pelos docentes devido a dificuldades/entraves como falta de carga horária específica para extensão, pouco recurso disponível em editais e a burocracia necessária para seu desenvolvimento.

Nas sugestões de atividades de extensão que podem ser desenvolvidas no curso Técnico de Edificações, as respostas dadas pelos docentes foram similares as dos discentes, ou seja, elaboração de projetos, execução de obras e assessoramento técnico para a comunidade.

Com relação à elaboração de projetos, ambos os grupos sugerem que esses podem ser desenvolvidos nas disciplinas de projeto arquitetônico, projeto e instalações hidrossanitárias e elétricas e sistemas estruturais, onde hoje, em cada disciplina, são desenvolvidos os projetos de uma residência de até 80m<sup>2</sup> (limite permitido para o técnico em edificações) para um cliente fictício. Para tanto, poderia ser realizado um cadastro de famílias que necessitam de projeto para construção de sua residência (de até 80m<sup>2</sup>) e, dessa forma o aprendizado ocorreria com um cliente real.

No que se refere à execução de obras, a sugestão é que sejam realizadas obras de cunho social (reforma/adequação de ambientes públicos, construção/reforma de edificações para famílias necessitadas, etc.) na disciplina de Tecnologia das Construções Práticas (presente em todos os semestres do curso). Nessa disciplina, atualmente a metodologia utilizada é a de construção de protótipos de elementos de uma edificação (fundação, estrutura, alvenaria, revestimento, cobertura etc.) que ao final do curso são demolidos, gerando assim desperdício de materiais e resíduos. Salienta-se que, com a execução de obras reais (reformas, ampliações, adaptações, etc.) em entidades e/ou para famílias em vulnerabilidade social, as contribuições se dariam tanto para o aprendizado dos discentes (estariam executando uma obra real) como nos aspectos econômicos (menos desperdício de material), ambiental (menos geração de resíduos) e social (construção de benfeitorias para atender a sociedade).

O assessoramento técnico mencionado como atividade a ser realizada, se refere a implantação de um escritório modelo dentro do curso para prestação de serviços à comunidade, tais como, assessoramento para regularização de construção, elaboração de projetos de reformas/readequações para instituições e/ou famílias em vulnerabilidade social, etc.

Os resultados dessa pesquisa apontam para a importância dos projetos/atividades de extensão na formação do técnico em edificações, quer seja na percepção dos docentes como na dos discentes, e para a necessidade de esclarecimentos e/ou desburocratização dos processos de registro dessas atividades como forma valorização da extensão (disponibilidade de carga horária e recursos para desenvolvimento dos projetos) no fortalecimento do tripé ensino- pesquisa-extensão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compilação dos dados a partir do levantamento das atividades de extensão executadas no curso de edificações dos câmpus do IFSC possibilitou verificar o número e tipo de atividades desenvolvidas no referido curso no período proposto para análise. Constatou-se que no curso do Câmpus Florianópolis (objeto desse estudo) foram registradas apenas duas atividades enquadradas como Projeto de extensão nos últimos nove anos. No entanto, nas atividades registradas como ação de extensão (hoje enquadradas como evento conforme resolução 61/2016 do IFSC), o câmpus registrou 29 atividades nos últimos 3 anos, sendo essas atividades referentes a visitas técnicas, palestras e/ou oficinas.

Com relação à percepção dos docentes e discentes do curso quanto a contribuição da participação dos discentes em atividades de extensão para a formação profissional e/ou pessoal dos discentes, os resultados da técnica de grupo focal apontaram que os dois grupos (discentes e docentes) consideram a participação nesse tipo de atividade como um fator que contribui tanto na formação profissional como na formação pessoal. Na formação profissional citam a importância da aplicação dos conhecimentos teóricos na prática e a possibilidade de ter uma visão real do cotidiano profissional que irão enfrentar. E, na formação pessoal, o estímulo dado ao discente para fazer algo para sociedade o que certamente contribui para o aumento da consciência sobre a sociedade e a formação do seu caráter.

Apesar dos dois grupos reconhecerem os benefícios da participação de discentes em atividades de extensão, a falta de registro de projetos de extensão desenvolvidos no curso nos últimos 7 anos, foi justificado pelos docentes devido a dificuldades/entraves como falta de carga horária específica para extensão, limitação de recursos financeiros em editais e a burocracia necessária para seu desenvolvimento. No entanto, cabe ressaltar que essas dificuldades ainda não se apresentam como entrave para o câmpus Criciúma, pois no período pesquisado esse registrou um número de projetos de extensão bastante superior ao registrado pelo câmpus Florianópolis. Isso pode ser atribuído ao fato do momento em que o câmpus se encontra, ou seja, o câmpus Criciúma é recente, no momento da pesquisa ele contava com apenas 6 anos de implantação. Esse fator pode desencadear diversos questionamentos, como por exemplo, o professor ter maior disponibilidade de carga horária, pois nem todos os cursos foram implantados no câmpus; a extensão já estar sendo prevista na carga horária do professor; o perfil dos professores ser mais voltado para a extensão do que para a pesquisa, fazendo com que a busca de recursos para extensão seja mais ativa do que para a pesquisa, entre outros. Tudo isso leva a necessidade de ampliar a pesquisa para confirmar, ou não, esses e outros questionamentos que a pesquisa apontou.

Importante salientar que a metodologia utilizada neste trabalho contribuiu para agregar resultados complementares aos objetivos propostos inicialmente, pois permitiu levantar propostas de atividades de extensão a serem desenvolvidas no curso objeto de estudo. Além disso, ao possibilitar momentos de debate sobre a extensão e as práticas desenvolvidas nas disciplinas do curso em estudo, contribuiu para sensibilizar os participantes dos grupos focais sobre a necessidade de incorporar tais atividades no currículo e cotidiano do curso.

A partir dos resultados desse trabalho entende-se urgente a necessidade de criar condições para que discentes e docentes dos cursos técnicos do IFSC se envolvam em atividades de extensão, principalmente aquelas relacionadas às componentes curriculares que o Projeto Pedagógico do Curso contempla, da mesma forma como vem sendo tratado para os cursos superiores do IFSC, por meio da previsão de atividades de extensão no currículo desses cursos.

Os resultados dessa pesquisa apontam para a importância dos projetos/atividades de extensão na formação do técnico em edificações, quer seja na percepção dos docentes como na

dos discentes, e para a necessidade de esclarecimentos e/ou desburocratização dos processos de registro dessas atividades como forma de valorização da extensão (disponibilidade de carga horária e recursos para desenvolvimento dos projetos) no fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Ainda, a partir dos resultados encontrados sobre as atividades de extensão serem em sua maioria visitas técnicas, surgem alguns questionamentos: essas visitas são apenas para ter conhecimento do que as empresas fazem? Ou permitem uma interação do discente nos processos? Os discentes são instigados a pensar novos procedimentos e/ou a descobrir novas soluções para problemas encontrados na empresa visitada?, dentre outros. Esses questionamentos trazem a necessidade de se pensar em ações qualificadas de extensão e não apenas em quantidade de ações.

Dessa forma, entende-se necessário que as diretrizes institucionais sejam repensadas no sentido de qualificar a extensão no ensino técnico de nível médio da mesma forma como vem sendo tratado no ensino superior, ou seja, que a previsão de atividades de extensão também seja regulamentada para este nível de ensino.

Diante do exposto e considerando que em todo trabalho de pesquisa se depara com algumas limitações, e aqui cabe registrar que o tempo foi uma delas, pela importância do tema tratado, sugere-se como trabalho futuro a ampliação dessa pesquisa para outros cursos dentro do IFSC e/ou para o mesmo curso em outros institutos federais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 11.982, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

CONIF - CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional**, Científica e Tecnológica. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília: FORPROEX, 1987.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Natal: FORPROEX, 1998.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de extensão universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.



GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IFSC - INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução 20/2013/CS** - Regulamentação das Atividades de Extensão do IFSC. IFSC, 2013

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Florianópolis: IFSC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução 61/2016/CS** - Regulamentação das Atividades de Extensão do IFSC . Florianópolis: IFSC, 2016.

\_\_\_\_\_. **Extensão no IFSC** - Projeto e Ações de 2008 a 2016. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/extensao/programas-projetos-acoess>>. Acesso em: 20 Abril. 2017.

MOODLE EAD IFSC. **Especialização em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica. História, legislação e políticas de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Disponível em: <[http://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/43900/mod\\_resource/content/2/LINHA%20DE%20TEMPO%20-%20REDE%20FEDERAL.pdf](http://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/43900/mod_resource/content/2/LINHA%20DE%20TEMPO%20-%20REDE%20FEDERAL.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2016.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas da Extensão Universitária Brasileira** . Belo Horizonte:Ed. UFMG, 2005.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: **Um diálogo com Paulo Freire**. Universidade Federal da Paraíba. Disponível: <[www.prac.ufpb.br/copac/.../conceitos\\_de\\_extensao\\_universitariapdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/.../conceitos_de_extensao_universitariapdf)> Acesso em 17 de março de 2017.

**Submetido em:** Janeiro de 2018.

**Aprovado em:** Maio de 2018.